

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

PROVA OBJETIVA - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

1

Considere que uma seguradora ofereça um produto chamado “Vida Investimentos”. O contrato prevê o pagamento de um benefício no montante de R\$ 1 milhão ao beneficiário, caso o segurado faleça durante o período de vigência do contrato. Adicionalmente à cobertura em caso de morte, vinte por cento dos prêmios pagos pelo segurado são direcionados para um fundo composto por ações e títulos de renda fixa, e o saldo acumulado nesse fundo poderá ser resgatado pelo segurado a partir de um determinado período ou, em caso de morte, utilizado para aumentar o benefício.

Além disso, como forma de tornar o “Vida Investimentos” mais atrativo para seus clientes, a seguradora incluiu no contrato um serviço de consultoria para o planejamento financeiro pessoal, em que, periodicamente, o segurado receberá orientações sobre investimentos, aposentadoria e planejamento fiscal.

De acordo com a NBC TG 50 - CONTRATOS DE SEGURO, itens 10 a 13, a entidade supervisionada deve

- (A) contabilizar esses componentes separadamente, utilizando (i) a NBC TG 50 - CONTRATOS DE SEGURO, para o componente de seguro, pois aqui há transferência de risco financeiro significativo em caso de morte do segurado; (ii) a NBC TG 48 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS, para o fundo de investimento, já que não transfere risco significativo de seguro, se tratando claramente de um investimento; e (iii) a NBC TG 47 - RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE, já que esse serviço não se configura como investimento e nem como seguro.
- (B) contabilizar esse produto de acordo com a NBC TG 48 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS, pois embora corresponda à definição de um contrato de seguro, o “Vida Investimentos” tem como finalidade principal a prestação de serviços de investimentos e planejamento financeiro pessoal.
- (C) contabilizar esses componentes separadamente, utilizando (i) a NBC TG 50 - CONTRATOS DE SEGURO, para o componente de seguro, pois aqui há transferência de risco financeiro significativo em caso de morte do segurado; e (ii) a NBC TG 48 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS, para o fundo de investimento, já que não transfere risco significativo de seguro, se tratando claramente de um investimento. Nesse caso não se aplica a NBC TG 47 - RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE, pois, em essência, a consultoria é um custo de *marketing*.
- (D) contabilizar esse produto de acordo com a NBC TG 47 - RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE, pois embora corresponda à definição de um contrato de seguro, o “Vida Investimentos” têm como finalidade principal a prestação de serviços de investimentos e planejamento financeiro pessoal.
- (E) contabilizar esse produto de acordo com a NBC TG 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: APRESENTAÇÃO, pois embora corresponda à definição de um contrato de seguro, o “Vida Investimentos” também está sujeito às normas contábeis de instrumentos financeiros, devido ao fundo de investimento que faz parte do contrato.

2

Com base na Circular SUSEP nº 650, de 26/11/2021, avalie a situação apresentada a seguir.

A Agrupada S.A. é a instituição líder de um grupo econômico que possui investimentos em diversas entidades, sendo que uma parte delas também é supervisionada pela SUSEP, e outras, não. Na condição de supervisionada líder do grupo prudencial, seu time contábil está elaborando o Relatório Consolidado Prudencial. Nessa situação, avalie se a Agrupada S.A. deve

- I. retirar do Relatório Consolidado Prudencial todas as entidades que não sejam supervisionadas pela SUSEP já que a referida autarquia não exerce poder de regulação sobre elas;
- II. incluir no Relatório Consolidado Prudencial todas as entidades, mesmo aquelas não supervisionadas pela SUSEP, sendo que essas últimas devem ser registradas utilizando o método de equivalência patrimonial;
- III. utilizar o método de consolidação integral para todas as entidades do conglomerado prudencial, incluindo aquelas não supervisionadas pela SUSEP.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

3

Uma empresa de auditoria está conduzindo um trabalho de asseguarção para a AlfraTechCorp Inovações, uma empresa de tecnologia de rápido crescimento. Durante esse trabalho, a firma identifica que um de seus sócios, responsável pela revisão de qualidade do trabalho de asseguarção, possui um empréstimo significativo com o “Banco Financeiro Forte” que, por sua vez, é um acionista majoritário da “AlfraTechCorp Inovações”.

Considerando a NBC PO 900 e a necessidade de manter a independência e a objetividade no trabalho de asseguarção, a ação mais apropriada a ser tomada pela empresa de auditoria em relação a esse possível conflito de interesses é

- (A) solicitar ao sócio que minimize sua participação no trabalho, mas mantê-lo como revisor de qualidade.
- (B) manter o sócio como revisor de qualidade, pois seu envolvimento com o banco não afeta diretamente o trabalho de asseguarção.
- (C) divulgar a relação financeira do sócio com o banco aos responsáveis pela governança da AlfraTechCorp Inovações e seguir com o trabalho normalmente.
- (D) designar um revisor de qualidade alternativo que não possua relações financeiras com o “Banco Financeiro Forte” ou com a “AlfraTechCorp Inovações”, garantindo a objetividade da revisão e a conformidade com a NBC PO 900.
- (E) manter o sócio como revisor de qualidade, justificando que o “Banco Financeiro Forte” é apenas um acionista e que o empréstimo foi concedido em condições normais de mercado, não havendo, portanto, ameaça significativa à independência da firma.

4

A seguradora “Mais Proteção S.A.”, fiscalizada pela SUSEP, está calculando a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para um seguro de automóveis contratado por um cliente. O seguro tem um prêmio comercial de R\$ 12.000,00, com vigência de 365 dias, iniciando em 1º de julho de 2024 e terminando em 30 de junho de 2025.

No fechamento do balanço, em 31 de dezembro de 2024, a seguradora precisa calcular a PPNG conforme a CIRCULAR SUSEP nº 648/21.

Considerando que a PPNG é calculada *pro rata die*, o valor da provisão a ser constituída nessa data é de

- (A) R\$ 3.000,00.
- (B) R\$ 5.000,00.
- (C) R\$ 6.000,00.
- (D) R\$ 5.917,81.
- (E) R\$ 5.950,68.

5

A Lei nº 4.594/1964 regulamenta a profissão de Corretor de Seguros, estabelecendo suas responsabilidades e requisitos para atuação no setor. O corretor deve estar devidamente habilitado e registrado para intermediar contratos de seguro entre segurados e seguradoras, garantindo a transparência e a melhor escolha para o cliente.

A lei também define penalidades para infrações, como suspensão e cassação do registro. Além disso, estabelece a responsabilidade civil do corretor por erros ou omissões que causem prejuízos aos segurados.

De acordo com a Lei nº 4.594/1964, com redação dada pela Lei nº 14.430/2022, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Somente ao corretor devidamente habilitado nos termos desta Lei e que houver assinado a proposta deverão ser pagas as corretagens pactuadas para cada modalidade de seguro, inclusive em caso de ajustamento de prêmios.
- () O corretor de seguros deverá ter o registro das propostas que encaminhar às sociedades seguradoras, podendo ser na forma digitalizada, com todos os assentamentos necessários à elucidação completa dos negócios em que intervier.
- () O corretor de seguros deverá recolher, até o final do mês corrente, ao caixa da sociedade seguradora o prêmio que porventura tiver recebido do segurado para pagamento de seguro realizado por seu intermédio.

As afirmações são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

6

O CTA 31/21 orienta auditores independentes sobre o atendimento aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 616/2020, que trata da auditoria das demonstrações financeiras de entidades supervisionadas pela SUSEP. Ele detalha procedimentos adicionais exigidos, incluindo a avaliação de provisões técnicas, riscos atuariais e controles internos.

Além disso, reforça a responsabilidade do auditor na comunicação de deficiências e na emissão de relatórios conforme exigências regulatórias. O documento também esclarece aspectos de independência e conformidade com normas contábeis e de auditoria aplicáveis.

Neste contexto, a empresa seguradora “Protege Mais S.A.”, supervisionada pela SUSEP, está passando por auditoria independente. O auditor deve avaliar a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) para determinar a materialidade na auditoria das demonstrações contábeis.

Os dados financeiros da seguradora são os seguintes:

- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): R\$ 120 milhões;
- Capital Mínimo Requerido (CMR): R\$ 100 milhões;
- Materialidade determinada pelo auditor: 5%.

Com base nos dados apresentados, o valor da materialidade que o auditor deve utilizar no planejamento da auditoria é de

- (A) R\$ 5.000.000,00.
- (B) R\$ 5.500.000,00.
- (C) R\$ 6.000.000,00.
- (D) R\$ 6.500.000,00.
- (E) R\$ 7.000.000,00.

7

De acordo com a NBC PA 11 - REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, o Auditor deve submeter-se à Revisão pelos Pares, no mínimo, uma vez a cada ciclo de quatro anos.

Com relação ao programa de revisão, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Todos os anos, no mês de janeiro, devem ser selecionados para inclusão no programa de revisão, por critério definido pelo Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade, os auditores que deverão ser submetidos à Revisão pelos Pares, sendo, obrigatoriamente, incluídos aqueles que obtiveram seu cadastro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no ano anterior, que será definido como o ano-base da revisão.
- () Durante o ano podem ser selecionados para inclusão no programa de revisão outros auditores que não foram selecionados em janeiro, desde que com justificativa formal.
- () O Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade pode incluir outras entidades, por meio de sorteio, no programa de revisão do próprio ano, ou do ano seguinte, ou determinar períodos menores para a sua revisão.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

8

De acordo com a NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, o objetivo da revisão pelos pares é avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela Firma de Auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguração desenvolvidos.

A qualidade, nesse contexto, é medida

- (A) pelo número de casos detectados e prevenidos de fraude e erro.
- (B) pela porcentagem de relatórios de auditoria e de asseguarção sem modificação.
- (C) pela satisfação das entidades reguladoras ao receber as demonstrações financeiras examinadas.
- (D) pelo retorno monetário das entidades auditadas gerado por meio do aumento de confiança do usuário externo.
- (E) pelo atendimento ao estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

9

De acordo com a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, a independência compreende a independência de pensamento e a aparência de independência.

A independência de pensamento significa

- (A) concluir o trabalho sem consultar membros externos ou que trabalham na entidade sendo auditada.
- (B) utilizar metodologia de trabalho objetiva e cética e diferente daquela utilizada pela entidade auditada.
- (C) realizar treinamentos exclusivos focados na postura ética e nas normas contábeis, para a elaboração de conclusões.
- (D) ter postura que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional.
- (E) evitar fatos que fariam com que um terceiro informado imaginasse que a integridade da firma ou de membro da equipe de auditoria estivesse comprometida.

10

Com relação à documentação geral de independência para trabalhos de asseguarção diferentes de auditoria e revisão, de acordo com a NBC PO 900 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A firma deve documentar as conclusões sobre o cumprimento da norma e a essência de quaisquer discussões pertinentes que suportam essas conclusões.
- () Quando são aplicadas salvaguardas para tratar uma ameaça, a firma deve documentar a natureza da ameaça e as salvaguardas existentes ou aplicadas.
- () A documentação fornece evidências dos julgamentos da firma na formação de conclusões sobre o cumprimento da norma, de modo que a ausência de documentação, determina que a firma considerou o assunto específico e que ela é independente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

11

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 17 de 26/07/2013, a realização do Teste de Adequação do Passivo é um requerimento introduzido pela NBC TG 11, que menciona que “A seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado [...]”.

Segundo o item 8 da referida Norma, o seguinte critério deve ser realizado para essa apuração:

- (A) Estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.
- (B) Estimativas passadas de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.
- (C) Estimativas ao custo de seus contratos de seguro.
- (D) Estimativas ao valor justo de seus contratos de seguro.
- (E) Estimativas futuras de fluxos de caixa de seus contratos de seguro.

12

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

Segundo o Art. 8º da Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022, avalie se estão entre os critérios a serem obedecidos para a constituição da PSL:

- I. a provisão abrange os valores relativos a indenizações e benefícios;
- II. a provisão abrange os valores relativos a montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença;
- III. a provisão abrange os valores relativos a atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

À luz da Lei Complementar nº 109/2001, o regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar, que são instituições que criam e administram planos de benefícios previdenciários e podem ser abertas ou fechadas.

Acerca do tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os planos de benefícios de entidades fechadas poderão ser instituídos por patrocinadores e instituidores.
- II. Os planos de benefícios de entidades fechadas deverão prever a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano.
- III. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
- IV. Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

14

Em relação às Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, avalie as afirmativas a seguir.

- I. São constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas.
- II. Têm por objetivo unicamente operar planos de benefícios de caráter previdenciário.
- III. Operam planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15

Avalie se as causas para intervenção na Entidade de Previdência Complementar (LC nº 109/2001) incluem os seguintes itens:

- I. irregularidade ou insuficiência na constituição das reservas técnicas, provisões e fundos, ou na sua cobertura por ativos garantidores;
- II. situação atuarial desequilibrada;
- III. situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência de cada um dos planos de benefícios e da entidade no conjunto de suas atividades;
- IV. aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos de forma inadequada ou em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes.

São de fato causas para intervenção na Entidade de Previdência Complementar

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

16

Avalie se os seguintes segmentos compõem o mercado regulado pela SUSEP:

- I. Segmento de seguros, incluindo operações de cosseguro.
- II. Segmento de resseguro.
- III. Segmento de previdência complementar fechada.
- IV. Segmento de títulos de capitalização.

Estão corretos os segmentos

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

17

Avalie as afirmativas a seguir, a respeito de seguro, cosseguro, resseguro, sinistro e prêmio.

- I. O seguro é um contrato mediante o qual uma pessoa denominada segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.
- II. O cosseguro é a divisão de um risco segurado entre várias Seguradoras, cada uma das quais se responsabiliza por uma quota-parte determinada do valor total do seguro.
- III. O resseguro é a operação de transferência de riscos de uma cedente, de resseguro de resseguradores, com vistas a sua própria proteção, para resseguradores ou para sociedades seguradoras locais, por meio de contratos automáticos ou facultativos.
- IV. Sinistro é a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.
- V. O prêmio é a importância paga pelo segurado ou estipulante/proponente à seguradora para que essa assumo o risco a que o segurado está exposto.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) II, III, IV e V, apenas.

18

Com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGUROS, avalie se os fatores a ser considerados na mensuração inicial dos contratos de seguros incluem

- I. fluxos de caixa futuros esperados;
- II. taxa de desconto;
- III. margem contratual do seguro;
- IV. onerosidade do contrato do seguro.

Estão corretos os fatores

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

19

Considere uma carteira de seguros com prêmio comercial emitido em 22/07/X0 no valor de R\$ 1.120.000,00 com vigência anual (até 21/07/X1). Considere ainda a vigência anual de 365 dias (ano não bissexto).

O valor da Provisão Técnica de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e o valor dos prêmios ganhos reconhecidos ao fim do ano X0 serão, respectivamente,

- (A) R\$ 672.000,00 e R\$ 448.000,00.
- (B) R\$ 500.164,40 e R\$ 619.835,60.
- (C) R\$ 784.000,00 e R\$ 336.000,00.
- (D) R\$ 619.835,60 e R\$ 500.164,40.
- (E) R\$ 448.000,00 e R\$ 672.000,00.

20

Em relação a registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, com base na Resolução CNSP nº 433/2021 e na Circular SUSEP nº 612/2020, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os ativos garantidores das provisões técnicas devem ser registrados em contas contábeis específicas, seguidas de controles independentes, a fim de garantir a transparência e a rastreabilidade.
- II. A movimentação dos ativos garantidores das provisões técnicas pode ser realizada livremente pelas entidades supervisionadas, desde que informada à SUSEP no prazo máximo de 60 dias após a transação.
- III. Os ativos garantidores das provisões técnicas devem ser mantidos segregados do patrimônio da entidade supervisionada e podem ser custodiados por instituições financeiras devidamente autorizadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

21

Com base na legislação contábil aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, acerca dos pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), assinale a afirmativa correta.

- (A) Os pronunciamentos técnicos do IBA têm como objetivo fornecer diretrizes para a avaliação atuarial e garantir a solvência das entidades supervisionadas, sendo obrigatórios para algumas entidades, dependendo de seu porte.
- (B) O IBA emite pronunciamentos técnicos apenas para regular o cálculo das reservas de capital das seguradoras e entidades supervisionadas pela SUSEP.
- (C) Os pronunciamentos técnicos do IBA são obrigatórios para todas as entidades supervisionadas pela SUSEP e sua aplicação não varia conforme o porte ou complexidade das operações da entidade.
- (D) Os pronunciamentos técnicos do IBA são aplicáveis exclusivamente às seguradoras de grande porte, não se aplicando a entidades de menor porte.
- (E) O IBA tem o poder de regulamentar diretamente a legislação contábil aplicada às seguradoras, substituindo a SUSEP em sua autoridade.

22

A previdência complementar no Brasil é regulamentada pela Lei Complementar nº 109/2001, que estabelece normas para o funcionamento das entidades abertas e fechadas de previdência complementar. Seu objetivo é garantir segurança financeira adicional ao trabalhador, funcionando como um complemento ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Entre os princípios fundamentais da previdência complementar estabelecidos nessa legislação encontramos

- (A) a obrigatoriedade de adesão aos planos de previdência complementar para todos os trabalhadores formais.
- (B) a capitalização como princípio fundamental para a constituição das reservas garantidoras dos benefícios.
- (C) a vinculação dos planos de previdência complementar ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- (D) a gestão dos planos exclusivamente por entidades públicas, sem participação da iniciativa privada.
- (E) o financiamento dos planos exclusivamente pelo empregador, sem necessidade de contribuição do participante.

23

A seguradora ProtegeVida S.A., especializada em seguros de vida e saúde, está realizando seu fechamento contábil. Durante a revisão das demonstrações financeiras, a empresa identificou que as provisões técnicas de sinistros não estavam atualizadas e que a classificação da carteira de clientes, como ativo intangível, não seguia as normas do Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador da SUSEP (2022). Também foi constatado que a segregação das operações de seguros de vida e danos materiais não estava sendo feita corretamente, o que comprometeria a clareza das demonstrações financeiras.

Além disso, a análise de solvência da seguradora deve considerar não apenas a posição individual, mas também sua integração com o grupo econômico.

Nesse caso, as principais ações que a seguradora deve tomar para corrigir as inconsistências identificadas são

- (A) atualizar as provisões técnicas de sinistros com base em cálculos atuariais e reconhecer os ativos intangíveis, como a carteira de clientes, no ativo circulante, com base na sua vida útil. Além disso, deve realizar a segregação das operações de seguros de vida e de danos materiais no balanço patrimonial, como exigido pelo Manual.
- (B) atualizar as provisões técnicas de sinistros com base em cálculos atuariais e garantir que a segregação das operações de seguros de vida e de danos materiais seja realizada, mas deixar a análise de solvência da empresa apenas no nível individual, sem considerar a integração com o grupo econômico.
- (C) atualizar as provisões técnicas de sinistros com base em cálculos atuariais, reconhecer os ativos intangíveis, como a carteira de clientes, no ativo não circulante, e realizar a segregação das operações de seguros de vida e de danos materiais no balanço patrimonial, garantindo também a análise de solvência considerando o grupo econômico.
- (D) proceder à análise de solvência apenas individualmente, não sendo necessário atualizar as provisões técnicas de sinistros, pois a seguradora pode manter as provisões antigas, além de classificar os ativos intangíveis, como a carteira de clientes, diretamente no ativo circulante.
- (E) atualizar as provisões técnicas de sinistros e realizar a segregação das operações de seguros de vida e de danos materiais no balanço patrimonial, mas não é necessário realizar a análise de solvência de forma consolidada com o grupo econômico.

24

O Comunicado Técnico de Auditoria (CTA) 31, publicado no Diário Oficial da União em 01/07/2021, estabelece orientações aos auditores independentes sobre como atender aos requisitos específicos da Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular SUSEP nº 616/2020.

Assinale a afirmativa que reflete corretamente as exigências dessas normas.

- (A) O auditor independente deve avaliar apenas as demonstrações financeiras individuais das seguradoras, sem a necessidade de considerar a análise consolidada das operações do grupo econômico da seguradora.
- (B) A avaliação da solvência das seguradoras deve ser realizada exclusivamente com base nos parâmetros definidos pelo auditor independente, sem a obrigatoriedade de seguir as orientações das Circulares SUSEP nº 517/2015 e nº 616/2020.
- (C) O auditor independente deve garantir que as demonstrações financeiras das seguradoras estejam em conformidade com as normas contábeis brasileiras e que as adequações às novas exigências da SUSEP, conforme as Circulares nº 517/2015 e nº 616/2020, sejam refletidas de forma consolidada nas análises financeiras.
- (D) A avaliação de risco de crédito deve ser realizada exclusivamente pelo auditor independente, sem a necessidade de integrar as informações dos relatórios financeiros de outras entidades do grupo econômico.
- (E) O auditor independente não precisa considerar a solvência da seguradora nas suas auditorias, devendo apenas atestar a conformidade das demonstrações financeiras com as normas contábeis, independentemente das modificações nas Circulares SUSEP.

25

No contexto da legislação contábil aplicável ao mercado supervisionado pela SUSEP, o teste de adequação de passivos é um processo fundamental para assegurar que os passivos registrados nas demonstrações financeiras das seguradoras estejam corretamente classificados e adequadamente provisionados.

Acerca do tema, assinale a afirmativa que reflete corretamente as diretrizes da SUSEP e as práticas contábeis aplicáveis ao teste de adequação de passivos no mercado segurador.

- (A) O teste de adequação de passivos é obrigatório apenas para as seguradoras que operam com seguros de saúde, não sendo necessário para as demais seguradoras que atuam em ramos de seguros patrimoniais.
- (B) O teste de adequação de passivos envolve a verificação de que os passivos de uma seguradora estão ajustados apenas aos parâmetros das normas contábeis brasileiras, sem a necessidade de considerar as regulamentações específicas da SUSEP.
- (C) O teste de adequação de passivos deve ser realizado periodicamente, com base nos critérios definidos pela SUSEP, e garantir que as provisões técnicas e passivos sejam suficientes para cobrir as obrigações da seguradora, considerando tanto as exigências contábeis quanto regulatórias.
- (D) O teste de adequação de passivos não exige a análise dos passivos relacionados a sinistros, uma vez que esses passivos são tratados exclusivamente pela auditoria externa da seguradora.
- (E) O teste de adequação de passivos deve ser realizado apenas uma vez por ano, no fechamento contábil, sem a necessidade de revisões durante o exercício, desde que as provisões técnicas sejam consideradas suficientes.

PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Questão 1

A Seção II da Circular SUSEP 517/2015, alterada pela Circular SUSEP 616/2020 – que para essa seção não trouxe modificações –, traz os procedimentos mínimos a serem observados no Relatório Circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas supervisionadas, quando de sua auditoria.

- A) De acordo com o Art. 238 da referida norma: *a avaliação do ambiente de controle deverá incluir fatores como integridade e valores éticos, competência e experiência dos administradores, planejamento estratégico, aspectos de governança e estrutura organizacional, estilo e filosofia de administração, atribuição de responsabilidades, práticas e políticas de recursos humanos.*

Explique por que aspectos de governança e estrutura organizacional são importantes para a avaliação do ambiente de controle de seguradoras.

- B) As atividades de controle requerem o estabelecimento de políticas e procedimentos que assegurem que as ações necessárias para que o gerenciamento de riscos ocorra de forma adequada.

Sendo a supervisionada uma seguradora, entre as várias atividades de controle elencadas pela SUSEP, cite 4 relacionadas para os processos de subscrição e emissão de apólices e 4 para o processo de regulação de sinistros, que deverão constar do Relatório Circunstanciado do auditor independente.

Questão 2

Você foi contratado como auditor externo independente para realizar uma auditoria nas demonstrações contábeis intermediárias de uma seguradora, uma entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Durante o processo de auditoria, você deve emitir um relatório conforme as exigências da CTA 15 - Emissão de Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais de Entidades Supervisionadas pela SUSEP, conforme publicado no DOU de 22/12/2017.

Com base nas diretrizes da CTA 15, elabore uma dissertação abordando os seguintes pontos:

- A) Identifique o objetivo principal da auditoria nas demonstrações contábeis intermediárias das entidades supervisionadas pela SUSEP, de acordo com a CTA 15.**
- B) Discorra sobre as responsabilidades atribuídas ao auditor externo e à entidade auditada no processo de auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, conforme a norma.**
- C) Descreva os requisitos essenciais para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis intermediárias de uma entidade supervisionada pela SUSEP, conforme a CTA 15, e as diferenças principais em relação ao relatório de auditoria das demonstrações contábeis anuais.**
- D) Apresente os principais aspectos que o auditor deve observar ao auditar as demonstrações contábeis intermediárias de uma entidade supervisionada pela SUSEP, destacando qualquer atenção especial exigida pela supervisão regulatória.**

Realização

